

A PEDAGOGIA DO MST NO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE CONQUISTA E RESISTÊNCIA DOS TERRITÓRIOS (2016-2019)

Francisco Terto Freire

Licenciado em História

Mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe pela UNESP

Coordenador de turma

tertope@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos elaborados até aqui foram motivados em parte pela necessidade de aprofundamento teórico em categorias e conceitos chaves da geografia crítica sobre Espaços e Territórios, provocada pela disciplina Metodologia em Geografia ministrada pelo o professor Bernardo Mançano Fernandes. Também foram motivados pela necessidade pedagógica, como pesquisador, de aproximar os estudos sobre a educação e Pedagogia do MST com a Geografia. A busca pela questão relacional entre Pedagogia e Geografia teve seu nascedouro nos contatos semanais na disciplina de Orientação a Pesquisa, ministrada pela professora Nalva Araújo, na turma Ana Primavesi, do programa de Desenvolvimento TerritoriAL da América Latina e Caribe.

Os estudos e sistematização ainda são frutos de debates em aulas virtuais e nos encontros de orientação; análises bibliográfica e sistematização de conceitos centrais; leituras sistemática para mapear conceitos; leituras reflexivas pela perspectiva da filosófica do materialismo histórico e dialético. Utilizamos como fontes suplementares cadernos, cartilha e documentos do MST, bem como, aplicação de questionário à educadores(as) e educandos(as) no formato virtual.

Sentimos a necessidade de tal aproximação ao observamos nos fundamentos gerais que regem os Princípios Filosóficos e Pedagógicos elementos multidimensionais, que apontam para uma leitura e atuação ampla na realidade concreta em esferas de educação e nos territórios, tendo em vista que os estudos sobre as experiências pedagógicas do Movimento ainda perpassa pela máxima da educação, como também pelo o fragmatismo e esvaziamento substancial que a ciência geografia ao longo de décadas foi impactada.

Assim desenvolvemos a investigação no Centro de Formação Paulo Freire e sua contribuição para o processo de conquistas e resistências dos territórios entre 2016-2019. O Centro de Formação Paulo Freire é um território modelo no campo da Reforma Agrária Popular do agreste pernambucano, por isso, analisamos como as vivências e estudo nesse território podem influenciar de forma mais qualificada na atuação e militância nos territórios, utilizamos nesse aspecto os conceitos de Multidimensionalidade e Territorialidade.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE

O MST originou-se na década de 1980, mediante fatores que estavam presentes no contexto da luta pela terra no Brasil, dentre esses o fator econômico do processo de Industrialização dependente e “Modernização” capitalista da agricultura, que influenciou no acirramento das contradições sociais, levando a expulsão dos camponeses das suas terras. Do ponto de vista político, o país ainda estava sob um regime ditatorial e as lutas pela redemocratização foram influentes para o ressurgimento da luta pela Reforma Agrária, abrindo uma brecha histórica na reinvenção e reafirmação do campesinato enquanto categoria social.

Cabe destacar que a questão agrária no Brasil vem de um período longínquo, por isso pode ser interpretada de diversas maneiras. Ficamos com a interpretação procedente das relações de posse de terra, utilização, propriedade e o uso da terra¹, tendo sua origem na colonização portuguesa que possuía como marca, três elementos: o latifúndio, a monocultura e a exploração da mão de obra escrava (existente até os dias atuais).

Entretanto a partir da década de 1990 do século XX começam a surgir outras leituras a respeito do campesinato. Entre essas, a tese de doutoramento de Ricardo Abramovay (1980), intitulada “De Camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão”, que tornou-se referência para a discussão da questão agrária, inclusive, influenciando diretamente a utilização do conceito de agricultor familiar em detrimento do conceito de camponês. Sob um novo paradigma – o do capitalismo agrário –, esse autor defendeu que o agricultor, na utilização de recursos e, a partir de sua integração com o mercado, não era mais um camponês, mas sim, um agricultor familiar.

Essa formulação teórica não foi o suficiente para frear as lutas e reafirmação dos camponeses pelo o país enquanto categoria social, mesmo com apoio de organismo internacionais e do governo de Fernando Henrique Cardoso, aconteceram conflitos, mas não eliminação do campesinato. Abramovay (1980) não considerou que a logica de reprodução do capitalismo na agricultura pode ser gerida em outra roupagem e que “a conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra” FERNANDES (2004, p.08). Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento.

O MST foi fundado em 1984 e nasce com três grandes objetivos, a luta pela terra, a luta pela reforma agraria e pela a transformação social. O Movimento foi organizado a partir

¹ STEDILE, J. P. 2012, A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2012 p. 18. Reflexões extraídas do volume II.

de setores e coletivos de base social, se especializando e territorialmente a partir de acampamentos e assentamentos. No final da década de 1990, o movimento já se encontrava organizado nos 24 estados brasileiros. As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas, porém, o Movimento ousou ir além, na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores(as) foram privados historicamente. Assim, dentro do MST passam a ser organizados duas modalidades de cursos de formação política de caráter não formal e cursos formais, os cursos de formação política ideológica passaram a serem oferecidos a partir da Escola Nacional Florestan Fernandes e os Centros de Formação Estaduais do MST.

Já os cursos formais o Movimento desenvolveu basicamente em parcerias com instituições de ensino superior, nas áreas de graduação, técnica, especialização, mestrado e recentemente doutorado em Pernambuco. Majoritariamente, os cursos estão ligados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), entretanto com o sucateamento e precarização das políticas e programas da Reforma Agrária, o MST passou a construir outros campos de articulações, como por exemplo, a parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, curso de Mestrado em Geografia etc.

Os dois processos formativos acima citados perpassam pela condução da pedagogia do MST, uma educação comprometida com a transformação social, pesquisa e lutas populares, pelo viés da educação emancipadora da humanidade e da “natureza”. Por outro lado, os adeptos e ideólogos do capitalismo buscaram e buscam insistentemente a perpetuação de um modelo de educação tradicional e conservador para a classe trabalhadora, subserviente a ordem dominante de forma involuntária por parte da classe. Entre os defensores do modelo tradicional de educação está Milton Friedman economista neoliberal, ligado à escola de Chicago.

Em sua conhecida obra “Capitalismo e Liberdade” (lançada nos EUA EM 1962) Friedman (2014, p.07) [...] “aborda questões como a da relação entre liberdade econômica e liberdade política, o papel do governo numa sociedade livre, política fiscal, educação, monopólio, distribuição de renda, bem-estar social e combate à pobreza”. Friedman (2014) abordou a questão do paradigma sobre a educação pública e privada, caracterizando o papel do Estado e do setor privado. O papel do Estado estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos, tais como a inclusão de um conteúdo essenciais comum em seus programas, da mesma forma que inspeciona presentemente os estudantes para garantir a obediência e fiscalizar os padrões sanitários. A gestão escolar a empresa competitiva pode satisfazer de modo mais eficiente às exigências do consumidor do que as empresas nacionalizadas e as organizadas para servir a outros propósitos. Escolas públicas em tais áreas tendem a ser de qualidade inferior, uma clara apologia ao privatismo e um desprezo ao

serviço publica, o autor ao decorrer sobre a educação a ver em uma perspectiva de relações mercadológicas assim a descreve, (FRIEDMAN, p,107) “Trata-se de uma forma de investimentos em capital humano precisamente análoga ao investimento em maquinaria, instalações ou outra forma qualquer de capital não humano”

Doutrinar para aculturação ao sistema, nunca para emancipação e liberdade de homens e mulheres para além de uma sociedade sem explorado e exploradores. Saviani (2007) diferente de Friedman, ao estudar sobre Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos em Marx, faz uma abordagem sobre o nosso processo de humanização apontando o trabalho e educação como os dois principais elementos de nossa transição de animal irracional a condição racional no processo de evolução histórica de nossa espécie. Essas condições foram perdidas, principalmente, a partir do modo de produção capitalista. O trabalho se tornou apenas uma mercadoria e a educação foi se tornando o instrumento de estranhamento a nossa condição humana, o produto do trabalho se tornou uma coisa e relação de ensino nos moldes capitalista ajuda a nos desumanizarmos. Saviani (2007, p.154), faz uma inserção sobre elementos centrais da nossa composição humana.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano.

Isso significa que o homem não nasce homem por um capricho da natureza ou ação divina, durante o processo ontológico e histórico é que forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem, ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender os meios para garantir sua causa existencial. Portanto, a produção do homem (leia-se também mulheres) isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Assim uma educação como a do Movimento coloca no centro dos princípios filosóficos e pedagógicos a educação e trabalho como libertadora e emancipadora da classe trabalhadora campo-cidade a partir desses fundamentos ontológicos e históricos os ideólogos da classe dominantes buscam desqualifica-la, os embates são constantes por parte dos adeptos da educação capitalista, taxando a pedagogia do Movimento de doutrinadora e criminosa.

A educação, compreendida em seu sentido amplo, é um dos processos de formação da pessoa humana, através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e, ao mesmo tempo, transformando a sociedade em que vivem. É fundamental considerar, por esta mesma razão, que a educação está sempre ligada a um

projeto político e é direcionada por uma concepção de mundo. Muitas vezes e de modo geral confundida com a simples associação à escola, a educação que se propõe no MST – embora tenha sua origem na preocupação com as escolas dos assentamentos – vai além das práticas educativas realizadas no ambiente escolar.

A pedagogia do Movimento tem dois aspectos centrais, os princípios filosóficos e os princípios pedagógicos, aqui os coloquei de forma separada apenas como elementos didáticos, pois os mesmos são indissociáveis, a Pedagogia do MST vai além de uma proposta de educação, “é uma prática viva, em movimento”, em que o Movimento vem sendo formado pelo o “sujeito social chamado de Sem Terra”, onde o grande educador de seus membros é o próprio MST (MST, DOSSIÊ, p.235). Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação às pessoas humanas, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST. Os princípios se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os princípios filosóficos (IEJC, 2004, p.12).

a) Os princípios filosóficos:

- 1) Educação para transformação social;
- 2) Educação para o trabalho cooperação;
- 3) Educação voltada para várias dimensões da pessoa humana;
- 4) Educação com/para valores humanistas e socialista;
- 5) Educação como processo permanente de formação e transformação humana.

b) Os princípios pedagógicos:

- 1) Relação entre prática e teoria;
- 2) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação;
- 3) A realidade como base da produção do conhecimento;
- 4) Conteúdos formativos socialmente úteis;
- 5) Educação para o trabalho e pelo o trabalho;
- 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- 7) Vínculo orgânico entre processo educativos e processos econômicos;
- 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura;
- 9) Gestão democrática;
- 10) Auto-organização das educandas e dos educandos.

Para desenvolver essas experiências, o MST no estado de Pernambuco criou o Centro de Formação Paulo Freire em 1999. Gestionou-se o MST no estado de Pernambuco em 1989 através da necessidade de nacionalização territorial interna. Agregado a isso, teve

o fator direito à terra, oriundo dos anseios dos trabalhadores da zona da Mata Sul que não suportavam mais trabalhar na monocultura da cana de açúcar por uma situação histórica estabelecida. Posteriormente o MST demanda incursões na luta pela terra no sertão e depois no agreste pernambucano. Já consolidado no agreste, o MST ocupou a fazenda Normandia no município de Caruaru que posteriormente se tornou uma das maiores expressões da luta pela Reforma Agrária em Pernambuco.

A repressão por parte do latifúndio e do estado foi violenta, os trabalhadores(as) depois de sofrerem seis despejos partem para uma medida extrema, uma greve de fome na sede do INCRA do Recife. Acampados de outras regiões aderiram à greve, que durou dez dias, em 1997. Nesse período aconteceram os massacres de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara. Esses três fatores contribuíram decisivamente para o processo de desapropriação da fazenda Normandia para fins de Reforma Agrária. Ainda no ano de 1997, foi fundado o Assentamento Normandia, dois anos depois, o Centro de Formação Paulo Freire².

O Centro de Formação Paulo Freire passou a ser referência no processo de formação da militância do MST e de outras organizações políticas. Todos os anos é organizado o Encontro Estadual do MST/PE, no mês de dezembro, com mais de 800 trabalhadores(as) de todo o estado de Pernambuco, nesse mesmo espaço, durante as atividades, os simpatizantes do movimento são convidados para fazer parte desse processo de formação. Nesta perspectiva de organização e formação, os trabalhadores(as) do Movimento também pensam na formação acadêmica, quadros e de base. Espaço, ambiente que já passaram 8.000 estudantes, 100 mil pessoas desenvolveram atividades ligada ao centro durante os 20 anos de existência, 2.100 educandos de acampamentos e assentamentos concluíram o curso de formação de base e 1800 educadores(as) já fizeram capacitação profissional e política. Fundado em 1999, hoje o Centro de Formação possui alojamentos, auditórios, refeitório, área de produção agropecuária, academia de esportes, ciranda infantil e agroindústrias. Em especial, nas tarefas fundamentais da transição para agroecologia e na formação dos sujeitos sociais na organização, defesa e na resistência dos espaços e territórios.

Atualmente o Centro de Formação Paulo Freire está ameaçado por um processo de reintegração de posse. Atacar o Centro de Formação é tentar derrotar e enfraquecer MST, dentro do principal espaço de organização e articulação política. A proposta é cumprir a reintegração de posse, reintegrar a estrutura ao INCRA, que destinará o espaço à um órgão

² COOPTERA (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda.). PLANO DE RECUPERAÇÃO DO ASSENTAMENTO 2004, Arquivos internos.

público, com a condição de impedir presença do MST, bem como, bandeiras ou qualquer outra simbologia do Movimento, gerando uma serie conflitualidades³.

DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO

Podemos dizer que até um certo momento, o Centro de Formação foi caracterizado como um espaço, a priori, e posteriormente, como território, para entender essas categorias geográficas e o Centro de Formação como espaço e território vamos dialogar com quatro autores que dedicaram uma boa parte de suas vidas intelectuais a esses temas: David Harvey, Milton Santos, Bernardo Mançano Fernandes e Henri Lefebvre.

Harvey (2006) afirma que o espaço é um termo muito complexo para sua decifração, entretanto, o autor se propõe a arriscar de forma genérica um grau de significado, apresentando as leituras de espaço como: absoluto, relativo e relacional. Segundo o autor, “se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria” (HARVEY, 2006, p.10). O espaço absoluto é determinado, e nós gravamos ou esboçamos eventos no bojo da estrutura que o compõe, nos aspecto primeiro se apresenta na esfera da individuação e no aspecto social expressa-se nos elementos da propriedade privada como também delimitado por outras entidades territoriais como o estado e unidades administrativas etc. Assim o espaço absoluto na sociedade é visto a partir de calculo humano, onde as contradições e incertezas nas sociedades deveram ser excluídas, pois as mesma se apresenta como o barreiras, só assim haverá um florescer mais desenvolvido na sociedade.

O autor ver esse formato mecanicista a nosso entender como uma visão conservadora sobre o espaço absoluto, na tradição marxista essa propriedade é descrita como espaço material da experiência da materialidade das coisas; representações do espaço como concebido no âmbito das relações sociais de produção referente as ambiguidades e dualidades dessas relações nas sociedades; espaços de representação ou espaço vivido são direcionado pelas contradições referente as lutas entre as classes de manutenção pela classe dominante contra a de libertação da classe oprimida⁴.

Assim podemos entender, a partir das reflexões acima, que a manutenção do latifúndio está no bojo da funcionalidade formal da visão conservadora do estado, ao não ver como maléfico à sociedade os problemas gerados pela a estrutura agrária do país. Para tradição marxista também contempla a materialidade do espaço absoluto, entretanto no campo da representação do espaço o ver o esvaziado do conteúdo objetivo do valor uso de

³ INFORMATIVOS (arquivos digitais do acampamento da resistência contra o despejo do Centro de Formação Paulo Freire boletins semanais -2019). Informativo da 3ª semana.

⁴ Nessa obra é bom deixar explícito que Harvey tem outras concepções de espaço.

pelo de troca na esfera vivida onde o valor é um elemento relacional, porem “imaterial mas objetivo” (Harvey, 2006, p.32)

Segundo o autor, essa tradição retrata o espaço vivido como um ambiente conflituoso e de embates entre as classes, expressados nas lutas entre alienação *versus* satisfação criativa; individualismo isolado *versus* solidariedades sociais; lealdade ao lugar, à classe, à identidade. Espaço relativo na tradição marxista troca material, comércio, circulação e fluxo de mercadorias, energia, força de trabalho, dinheiro, crédito ou capital, percurso periférico da cidade e migração, depreciação e degradação, fluxo de informação e agitação do fora, na questão do valor de troca (valor em movimento) corresponde as interconexões relações mercantil do local com o macro e ainda a ligação da subjetividade fetichizada do capitalismo que gera instabilidade; incerteza; veemência da ação e do movimento *versus* repouso.

No espaço (tempo) relacional, segundo Harvey em dialogo com Marx, as contradições entre o capital e os trabalhadores(as) se acirram, entre os processos de trabalho abstrato, capital fictício e os movimentos de resistência em um ambiente de esperança e medo, a fase de “hegemonia” capitalista na globalização que busca se perpetuar frente a consciência proletária internacionalista enquanto categoria social, referente aos direitos universais. Assim podemos perceber que na divisão internacional do trabalho e da produção, o Brasil encontra-se como parte de uma engrenagem mundial do modo de produção capitalista, em particular o agronegócio brasileiro, por isso as formas de contestação do agronegócio é tão criminalizados em nosso país, mesmo que as alternativas que se apresentam frente ao modelo do grande capital na agricultura, sejam baseadas na produção de alimentos saudáveis, reforma agraria, consciência de classe, respeito aos bens da natureza e democratização da terra.

Para Milton Santos o espaço deve ser compreendido como “sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 39), interagindo de forma hibrida com fixidez e fluidez. Na realidade geográfica, o autor faz uma discursão sobre os espaços onde aborda que os fixo são cada vez mais artificiais e os fluxos são cada vez mais diversos e rápidos. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes, É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Parafraseando Marx, Santos (2006, p.39) afirma: “teríamos um sistema de objetos sinónimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção”, ou seja, um sistema é a mesma face do outro.

Observando as reflexões apresentada por Milton Santos e dialogando com nosso campo de estudo, durante a ocupação da fazenda Normandia, os trabalhadores(as) do local e entorno da fazenda enxergava com estranheza tanta terra para produção com tanto abandono, a partir desse sentimento, o MST passou a organizar as famílias para ocupação desse latifúndio, especificamente no ano de 1995. As famílias passaram a construir estruturas novas a partir do espaço fixo/fluido, criando e reconfigurando um novo sistema de objetos e de ações.

Dando continuidade o estudo sobre o espaço, o pensador francês Henri Lefebvre discorre sobre o espaço social, que expressa-se ora no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). O autor citado faz um dialogo sobre o espaço social com Marx, na obra faz observações de Marx onde trabalha no Capital que as mediações no espaço social são baseadas nas relações de troca de mercadorias. Posteriormente em sua coletânea mesmo de forma inacabada Marx busca desenvolver melhor essa categoria. Marx desenvolve de forma mais elaborada o conceito, em específico no Grundrisse onde considera todas as mediações históricas e práticas.

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos (LEFEBVRE, 2006, p. 149).

Assim podemos perceber a categoria de espaço social da seguinte forma: tudo que é produzido no espaço seja pelos homens em mediação com seus pares, natureza e na sociedade, tem harmonia como também tem contradições, o que eleva o patamar mais complexo em sua interpretação da realidade geográfica em uma totalidade mais ampla, o que poderíamos definir o espaço social como multidimensional. O autor mencionado destaca que os positivista/empiristas compreendem o espaço sem conflitos e sem relações de exploração, mas sim com dualidades, se há ciência do espaço (geometria, topologia), não pode haver aí contradições do espaço. Se há dualidades (propriedades duais) constitutivas do próprio espaço social não pode haver aí contradição do espaço: dualidade não é conflito, ao contrário é apenas desarmonia que fazem parte da funcionalidade harmoniosa do espaço.

A geografia positivista está orientada a trabalhar também com os espaços absoluto e relativo, onde o primeiro está ligado em movimento em si, chamou de espaço abstrato muito ligado a composição do estado e nação já o relativo se apresenta em termos de cooperação e dualidade harmoniosas e contraditórias (sem grandes prejuízos a condução da sociedade) na interpretação das relações sociais. Uma das nossas observações durante o estudo mesmo não sendo positivistas os estudos do espaço e do território por parte de uma militância orgânica, mesmo fugindo da dualidade e desarmonização diante das relações sociais,

trabalham com contradição e interesses de classes ao estudar o espaço e território, porém com variações de propriedade do espaço e do território limitadas.

Sobre a questão dos conceitos de espaço e território vamos fazer um dialogo bibliográfico com Fernandes (2005, p. 26, grifo nosso) ao citar LEFEBVRE sobre o espaço, destaca o caráter amplo e avolumado dessa categoria, o espaço social é a **“materialização da existência humana”**. O espaço social é entendido pelo o autor da seguinte forma.

Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços (FERNANDES, 2005, p. 26).

Aqui o professor chama a atenção que em muitos casos, geógrafos importam os conceitos de espaço e território de áreas do conhecimento de forma fechada como em suas próprias palavras uma “visão unidimensional” (FERNANDES, 2005, p. 25). Diante dos cenários das realidades contemporâneas há insuficiências nessas abordagens intelectuais e científicas sobre as pesquisas dos espaços e dos territórios, frente às mudanças paradigmáticas. Podemos perceber relacionado à história do tempo recente um amplo processo de exclusão social direcionadas pelos os ideólogos das políticas neoliberais, faz-se assim de extrema urgência repensar/pensar no campo de uma totalidade e não apenas nos formatos particularistas, as compreensões das categorias geográfica de espaços e territórios, deverá ir para além de visões apenas dualistas, contraditórias, de conflitos e “harmoniosas” onde deveremos adentrarmos nos elementos das conflitualidade (vários conflitos e disputas interligados). Para um movimento socioterritorial essa compreensão e olhar amplo para o território se expressa de eficiente para o controle social e político dos territórios.

Não podemos entender o território apenas no campo geográfico e ou apenas como espaço social, o território é o espaço apropriado na forma e conteúdo material e imaterial por uma determinada relação social que o produz e lhe dá uma identidade própria geográfica, sociologia e histórica. Podemos identificar que a materialidade diz respeito às questões concretas e físicas do território baseada nas relações sociais de produção (FERNANDES, 2005). A imaterialidade retrata os aspectos indentitários e simbólicos, o território também carregam as suas territorialidades assim como os espaços. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva, da mesma forma, o conceito de territorialidade pode ter elementos concretos e imateriais, pode ser local ou deslocada nessa ultima citação conceitual usaremos para investigar como a Pedagogia do MST no Centro de Formação Paulo Freire contribuiu com os sujeitos sociais para o processo de conquista e resistência nos territórios através dos processos educativos, de formação política e ideológica, a vivencia no Centro de Formação (em fase de conflitualidade), atividades e cursos formais.

CONFLITUALIDADE, TERRITORIALIDADE E QUESTÃO RELACIONAL COM A PEDAGOGIA DO MST

Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. A terminologia conflitualidades se expressa como denominação, disputas entre as classes, que pode ser várias ao mesmo tempo ou em períodos diferentes. Essencialmente se o território imaterial é também um espaço político, em parâmetros de identidades, o político também está no campo das disputas ideológicas tanto nos processos de gerar consenso, senso-comum, cooptação (os oprimidos) e consciência política para os enfrentamentos à classe dominante, “o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência” (FERNANDES, 2005, p. 28).

Como parte da questão territorial temos as vertentes de expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. A reterritorialização é a reconquista (FERNANDES 2005). Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização, no caso do MST, busca a ação política por meio da práxis. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

Assim se explica a “preocupação” do MST com a formação política e ideológica dos seus membros para a defesa, resistência e conquista dos territórios (e dos espaços) a partir dos Centros de Formação, Escola Nacional Florestan Fernandes e cursos formais (ensino superior e EJA) fundamentada em uma pedagogia de educação emancipadora, forjando sujeitos com valores humanistas e socialistas, baseada também no projeto político de transformação social e do sujeito coletivo

Assim buscamos entender como o Centro de Formação Paulo Freire durante o processo histórico foi deixando de ser espaço e se tornando território a partir da categoria conflitualidade. Antes era apenas uma estrutura física dentro do assentamento Normandia, mas o MST buscou transformar o espaço da casa grande no ambiente de formação política ideológica para os acampados(as) e assentado(as) ligado ao Movimento. No primeiro momento, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o INCRA, através de seus agentes buscou de forma imediata agir contra a linha política educacional do MST, agindo por dentro junto a algumas famílias de modo a dividi-las, o elemento do divisionismo, a casa grande teria que ficar sem alterações, de forma nenhuma poderia ser usada como

centro de formação para elevar o nível de consciência dos camponeses(as). Quatro famílias do assentamento, induzidas por funcionários do INCRA, entraram com uma medida administrativa contra o Movimento. A direção do MST recorreu e o processo ficou aguardando julgamento. O centro de formação foi fundado passando a desenvolver varias etapas da formação política, técnica e pedagógicas baseadas nos princípios, valores e na pedagogia do MST.

No ano de 2005, a procuradoria do INCRA judicializou a ação que era apenas administrativa para um processo penal, junto a segunda e terceira instâncias do sistema jurídico, solicitando a total desapropriação física e ideológica do MST do centro de formação. O Movimento recorreu perante a presidência do INCRA, foi feito um pacto político, porém sem cunho jurídico. O MST recorreu na segunda e terceira instancia para ganhar tempo e durante esse período de enfrentamento no campo do direito, o Movimento foi ampliando os incrementos pedagógicos e produtivos.

Hoje o espaço do Centro de Formação conta com alojamentos, refeitório, plenárias, ciranda infantil, mandala, biblioteca, loja de produtos da reforma agrária, igreja, quadra esportiva do campo, três agroindústrias, padaria das mulheres boleiras do assentamento Normandia e a casa da juventude. Com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao governo, aliado ao agronegócio e aos ruralista, buscou-se cumprir acordos feitos durante a campanha eleitoral de 2018, referentes a repressão ao MST, partindo para uma ofensiva com o intuito de atingir um dos maiores símbolos da luta pela Reforma Agraria no Brasil em Pernambuco, o Centro de Formação Paulo Freire, caracterizado como uma referência estadual e nacional no processo de formação política e ideológica para o conjunto da esquerda.

Em 2019, com ordem do governo federal, o processo de reintegração de posse foi retomado. No momento em questão, a ação judicial enfatizava que o território do Centro deveria ser repassado ao governo municipal, ao ITERPE ou a associação, a causa pétrea da ação determina que o território fique livre de qualquer interferência do MST, física e ideológica, caso contrário se houvesse resistência e permanência do Movimento as estruturas seriam destruídas.

Outro aspecto da conflitualidade é que o espaço e território do Centro de Formação Paulo freire está dentro do bojo da especulação imobiliária, devido a sua localização, a seis quilômetros da sede do município e a três quilômetros do perímetro urbano. Existe uma ofensiva por parte do setor imobiliário no sentido adquirir as terras do assentamento Normandia e, conseqüentemente, a faixa de terra pertencente ao Centro de Formação, que está situado as margens da rodovia BR104, na rota do polo têxtil. Os capitalistas dos ramos imobiliário e da confecção buscam comprar terras do assentamento e do centro de formação (mesmo que legalmente seja proibido comercializar terras da reforma). Outra forma de pressão para adquirir terras do assentamento ocorre pelos Poderes Executivo e Legislativo

da cidade de Caruaru, como o intuito de ampliar a área de atuação urbana. Outro aspecto da conflitualidade perpassa pelo conflito ideológico relacionado a programa social, no caso o PNAE. A representante do Poder Executivo municipal, filiada ao PSDB partido de inclinação ideológica de direita, buscou desarticular a cooperativa do Centro de Formação, impedindo o fornecimento de produtos da reforma agrária e da agricultura familiar para as escolas do município.

Dessa forma, existe uma enorme gama de conflitos que envolve o Centro de Formação, assim como ações de resistência. Um exemplo, foi quando o MST e apoiadores se mobilizaram por noventa dias na área, para resistir as ofensivas dos inimigos de classe, Durante o acampamento de resistência, o MST atuou em três frentes: comunicação, jurídica e mobilização. O Movimento foi apoiado por várias entidades nacionais e internacionais, recebendo trezentas cartas de apoio e de repúdio ao despejo e destruição do Centro de Formação. No campo jurídico, foi elaborada uma defesa no sentido de repassar as estrutura do Centro para a associação do assentamento, pois as famílias assentadas não comungavam mais da desintegração e destruição das estruturas do Centro. As famílias recorreram junto a TRF da 5ª região onde o processo ficou para nova apreciação. Um estado com herança colonial não opera de forma satisfatória no sentido de resolver os problemas no campo das reformas burguesas, opera gerando mais conflitos. (FERNANDES, 2004, p.03) “O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los”⁵.

Durante a pesquisa, podemos perceber que o conceito de territorialidade pode corresponder a nossa inquietação intelectual e de militante. Refletindo, pesquisando e analisando os princípios filosóficos e pedagógicos em interação com os conceitos geográficos de territorialidades e território imaterial, chegamos a análise (mesmo de forma provisória) que os princípios na sua maioria têm interfaces do território na sua multidimensionalidade, podemos citar dois princípios filosóficos: educação para transformação social; educação voltada para várias dimensões da pessoa humana.

O primeiro está no âmbito da superação do modo de produção dominante, que explora homens/mulheres, os recursos naturais e territórios gera desigualdades sociais, econômicas, culturais, entre outras. A única visão de desenvolvimentos dos capitalistas nas sociedades, espaços e territórios perpassa exclusivamente pelo o lucro a qualquer custo, inclusive a barbarização das civilizações. O segundo refere-se a necessidade de formar os sujeitos para várias dimensões da pessoa humana, ou seja, uma educação multidimensional e multieducativa, baseada em conhecimentos úteis da realidade no território e na sociedade.

⁵ INFORMATIVOS (arquivos digitais do acampamento da resistência contra o despejo do Centro de Formação Paulo Freire boletins semanais -2019). Informativo da 4ª semana informações da frente jurídica.

Mergulhando nos princípios pedagógicos entre aspectos de sua multidimensionalidade podemos destacar:

a) A realidade como base da produção do conhecimento: seja ele natural, histórico, sociológico, geográfico, econômico e cultural objetivo e subjetivo.

b) Educação para o trabalho e pelo o trabalho: aqui podemos identificar a educação voltada para uma relação ontológica, do processo histórico que nos possibilitou um salto no processo evolutivo para o gênero humano, o trabalho, não para as relações de trabalho, para a exploração do homem pelo o homem, não pelo o lucro (privatista), e sim, uma educação voltada para o trabalho emancipador.

c) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos: aqui interpretamos o educativo com os aspectos políticos, entendemos que a dimensão política está ligada as estratégias gerais do Movimento, as ações e processos locais tem que estarem interligadas com as linhas e orientações políticas regional e nacional, os sujeitos agindo nos territórios, recebendo influências de outros, influenciando outros territórios em uma relação dialética entre a parte e todo, na luta e ações política do MST.

d) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos: um movimento de massa só terá autonomia política se tiver autonomia financeira, assim os processos econômicos estão ligados a dois fatores, a luta imediata (por exemplo: créditos e infraestrutura) e produção material, a vinculação dos processos educativos, no primeiro caso, a luta imediata tem que ser coletiva com o intuito de resposta concreta para a base social do MST, no segundo a produção material tem que estar vinculada a cooperação, gestão coletiva e produção de alimento saudável (respeitos aos bens da natureza), assim os processos acima perpassam por muitas variantes. Muitos estudos sobre o desenvolvimento dos territórios estão vinculados apenas ao viés econômicos, inclusive na geografia.

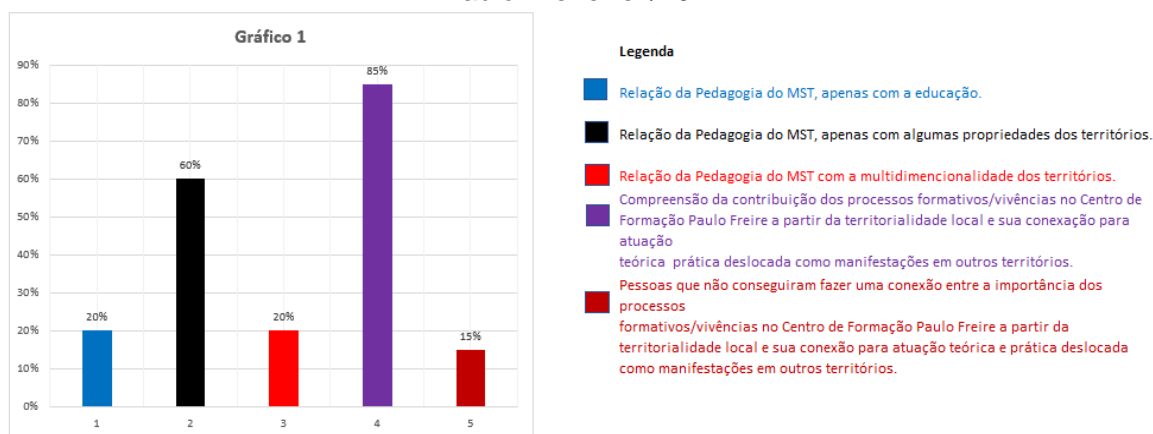
e) Vínculo orgânico entre educação e cultura: podemos decorrer sobre esse aspecto que a cultura está vinculada ao processo de resistência, reafirmação do sujeito social Sem Terra, identidade e valorização das manifestações e linguagens artísticas camponesa, popular e de classe. Podemos enfatizar que só existem movimentos socioterritoriais se existirem territórios (material e imaterial), territorialidades e sujeitos territorializados para atender essas dimensões e variações dessa categoria social, é preciso uma identidade cultural/territorial específica de tais sujeitos na vida, nas lutas, sociedade e territórios.

Assim, diante dos parâmetros descritos relacionados a multidimensionalidade dos princípios, interpretamos uma exigência necessária de territorializar a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-PE, ao estudar e pesquisar, ou até mesmo fazer apenas uma análise de conjuntura dos espaços e territórios do MST, diante dos relatos das fontes, constatamos que os entendimentos (da pesquisa em questão) sobre o desenvolvimento e os conflitos nos territórios, estão nas esferas da eminências da economia

política e sociologia. Os aspectos da conquista e resistência dos territórios foram expressados no âmbito da luta pela terra, escolas, reforma agrária, Estado e nas relações sociais de produção. A maioria dos entrevistados(as) associaram a importância dos princípios filosóficos e pedagógicos da pedagogia do MST abordada no Centro de Formação, assimilada teoricamente e praticamente pelos educandos(as) e educadores(as) acima narrados em um, dois ou três fatores relacionados com a pedagogia do MST, relegando indiretamente aspectos centrais da multidimensionalidade da pedagogia referida. Entretanto uma parte significativa dos educandos(as) e educadores(as) associaram a pedagogia do Movimento a um patamar multidimensional referente as relações territoriais, mostrando uma certa evolução e compreensão da necessidade científica e política ao olhar para os territórios do MST.

Durante o processo histórico, o Centro de Formação Paulo Freire no Assentamento Normandia foi se tornando uma referência no campo da formação política e ideológica para o conjunto da esquerda em Pernambuco, também foi sendo estruturado para ser um espaço modelo no âmbito da reforma agrária popular, espaço com agroindústrias, padaria, ambiente de estudo, reuniões, estrutura poliesportiva, internet, biblioteca, alojamentos, refeitório, ciranda infantil e mandalas, baseadas na produção agroecológica. Entretanto, toda a estruturação no espaço do Centro de Formação se tornou alvo de sucessivos ataques em várias frentes dos poderes político, judicial, estatal, subjetivistas (tentativa de cooptação) e empresariais, historicamente considerados como forças antirreforma agrária. Agora, o Centro de Formação passa de espaço para a fase de território, que se territorializou-se, que pode ser desterritorializado, como também pode ser retorializado, uma clara expressão da conflitualidade.

Durante a pesquisa buscamos como as influências da vivência no Centro de Formação Paulo Freire dos educandos(as) e educadores(as) no que diz respeito os incrementos estruturais do Centro de Formação no âmbito do desenvolvimento calcado em propositivas de geração de renda e nos conflitos, a estruturação do Centro de Formação foi uma necessidade econômica, mas também foi uma maneira de resistir aos conflitos, da mesma importância estão as ações disponibilizadas no campo da educação (ensino-aprendizagem) e da política pelo o CFPF orientada pela pedagogia, estão elevando a compreensão do processo de conscientização da militância que assimila, de forma dialética, as variantes da multidimensionalidade do território, para assim desenvolverem ações mais efetivas e abrangentes em suas tarefas organizativas. Como as multidimensionalidades desse território e dos princípios filosóficos e pedagógicos durante os estágios de vivências atingiu de forma positiva na conscientização da militância? Como a territorialidade local contribuiu para a ação militante a partir da propriedade deslocada da territorialidade. Vejamos na Figura 1 alguns dados sobre a conflitualidade e a territorialidade a partir do Centro Formação Paulo Freire:

Figura 1 - Questionário aplicado com educandos e educadores do Centro de Formação Paulo Freire-fev/2021

Fonte: Elaboração própria

A investigação apontou algumas características importantes do objeto de estudo em questão, chegamos a consideração que apesar da maioria dos entrevistados(as) terem relacionado a contribuição da pedagogia do MST à conquista, organização e resistência nos territórios, os relatos foram direcionados apenas á algumas propriedades e dimensões dos territórios (60%), outra parte associou a pedagogia apenas a educação (20%) e uma parcela dos entrevistados(as) relacionaram a vivência política, educacional e social no Centro de Formação à multidimensionalidade (20%), sobre os impactos da formação política e vivências no Centro de Formação contribuirão para a atuação nos territórios, da territorialidade local para a territorialidade deslocada no campo da práxis (85%), os 15% restante relataram apenas para aumentar o próprio conhecimento sem retorno ao coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A junção prática-teoria-prática encontra-se bem estabelecida por Vázquez (1968), quando assegura que a correta ação deve ser crítico-prática, transformadora, “revolucionária, mas ao mesmo tempo crítica e prática, ou seja, teórico-prática: teórica, sem ser mera contemplação, já que é a teoria que guia a ação, e prática, ou ação guiada pela teoria.” (VÁZQUEZ, 1968, p. 162). É nesta definição que o Movimento ressalta a estimação do vínculo ativo prática-teoria-prática na sua proposta pedagógica, para despertar o sentimento de pertença dos membros a uma compreensão e atuação na relação entre a parte e todo do Movimento, assim entendemos que esse todo perpassa pela a importância de pensarmos e atuarmos no território levando em conta o aspecto multidimensional do território buscando

cada vez mais a qualificação organizativa, social, histórica, geográfica, ambiental, subjetiva, objetiva, cultural, econômica e política do MST.

Como enfatizou Paulo Freire “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2007 p. 78). Assim precisamos coletivizar e ampliar os sonhos, utopias, conhecimentos, pesquisas, tecnologias e principalmente as lutas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 8 n. 6, jan.-jun. 2005, p. 24-34.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 46ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Abril, Cultural, 1984.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, 2012, p. 8-39.

ITERRA. Instituto de Educação Josué de Castro: **Método Pedagógico**. Cadernos do Iterra. Nº 9, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê MST escola documentos e estudos 1999-2001**. Caderno de Educação n. 13. São Paulo: MST, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, v.12 no.34 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda - 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.